

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Antineoliberalismo e capitalismo na Bolívia. Apontamentos sobre a proposta de “Capitalismo Andino-Amazônico”.

Julia Gomes e Souza.

Cita:

Julia Gomes e Souza (2009). *Antineoliberalismo e capitalismo na Bolívia. Apontamentos sobre a proposta de “Capitalismo Andino-Amazônico”.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1044>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/PcC>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Antineoliberalismo e capitalismo na Bolívia

Apontamentos sobre a proposta de “Capitalismo Andino-Amazônico”

*Julia Gomes e Souza**

A década de noventa do século xx foi marcada pela declaração de morte das ideologias e das concepções de mundo contrárias à ordem capitalista. Predominava o que se convencionou chamar de “Pensamento Único”. Políticos e intelectuais , tanto de direita quanto de esquerda, assumiram, em termos práticos, esta posição e se empenharam na implementação de reformas de cunho neoliberal, como se não houvesse alternativa. A adequação dos países latino-americanos às exigências da reestruturação do capitalismo era vista como um mal necessário.

As três décadas de implementação do neoliberalismo na América Latina tiveram como conseqüências principais a ampliação das desigualdades sociais e do desemprego, sem a contrapartida do crescimento econômico. As políticas de ajuste estrutural atingiram prioritariamente as classes exploradas, mas também fizeram vítimas nas camadas médias da população e nas burguesias internas. A reestruturação produtiva possibilitou não só a ampliação das taxas de desemprego, como também o aumento do trabalho precarizado. O movimento operário e sindical, em função do aumento do desemprego e do trabalho precário, enfraqueceu sua capacidade de atuar como força social no processo político do continente. Dentre os movimentos

* Doutoranda em ciência política na unicamp (Universidade Estadual De Campinas) e pesquisadora do neils (Núcleo De Estudos De Ideologias E Lutas Sociais) da puc-sp (Pontifícia Universidade Católica De São Paulo).

populares, os camponeses e trabalhadores rurais foram os de maior destaque na região, especialmente no Brasil e nos países andinos. Boa parte dos estados, guardando as especificidades da estrutura e do processo político de cada formação social, tiveram reduzida sua capacidade de efetivar políticas sociais e realizaram a privatização de diversas empresas estatais.

As mudanças na estrutura social e econômica dos países da América Latina não foram implementadas sem que houvesse resistências. O início das lutas e resistência que levaram à crescente “deslegitimação” do neoliberalismo se deu com o “Caracazo” de 1989, na Venezuela. A partir de então, protestos contra a continuidade dessas políticas se proliferaram pelo continente. A Bolívia é um caso exemplar de resistência às políticas neoliberais no subcontinente. O governo Morales é fruto das mobilizações sociais que assolaram o país contra esse tipo de política, implementadas desde 1985, que trouxe importantes modificações na estrutura social e econômica da Bolívia. A deterioração do padrão de vida de grande parcela da população boliviana impulsionou a ascensão de movimentos populares sob a bandeira da nacionalização dos hidrocarbonetos, contra a privatização dos serviços de fornecimento de água e pela implementação da Assembleia Constituinte. Mobilizações essas que levaram à crise do sistema político boliviano, dos partidos que lhe davam sustentação e que possibilitaram a chegada ao governo do presidente Evo Morales, enquanto representante da articulação de diferentes movimentos em torno de um tipo renovado de nacionalismo e de proposta de desenvolvimento capitalista para o país. O presente trabalho tem como objetivo colaborar com a reflexão da crise do neoliberalismo na Bolívia e da proposta de “capitalismo andino-amazônico” de Álvaro García Linera, vice-presidente do país e intelectual de destaque na formulação e na justificação das políticas atualmente implementadas pelo governo boliviano.

IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA BOLÍVIA

A implementação do ajuste estrutural iniciou-se na Bolívia em 1985, sob o governo Victor Paz Estenssoro, primeiro governo democrático depois de pouco mais de 20 anos. Assim como o Brasil, o país andino passou pelo processo classificado por Lourdes Sola (1993) como transição dual, ou seja, transformação econômica no sentido da liberalização, com transformação política no sentido da abertura política. Durante o governo de Victor Paz houve o lançamento do pacote de ajuste estrutural denominada de nova política econômica (npe), instituída através do decreto supremo número 21.060. A npe sustentou-se em três eixos principais: “o choque inflacionário; a liberalização interna e externa dos mercados; e a reestruturação e diminuição do setor público

(abriu-se o caminho para a privatização)” (Chávez, 1991: 08). Dentre as políticas contidas no plano de ajuste neoliberal vale a pena destacar dois aspectos que foram de grande impacto para as classes populares na Bolívia.

O primeiro deles foi o processo de privatização da mais importante empresa estatal de mineração, a Comibol (corporação mineira da Bolívia), antecipado por uma política de saneamento da empresa que levou ao fechamento de boa parte de suas minas e à demissão de mais de 20 mil mineiros (Rocha, 2006: 29). O segundo aspecto de grande impacto para os movimentos sociais é o fato de ela ter possibilitado a flexibilização das relações de trabalho no país, permitindo a consecução de contratos de trabalho temporários e a terceirização de serviços.

O fechamento das minas da Comibol e a flexibilização das relações de trabalho abalaram profundamente a Cob (central operária boliviana). A central perdeu a capacidade de organização e a centralidade que possuía na política boliviana desde a revolução nacionalista de 1952, quando se transformou em um dos atores mais importantes da política boliviana, articulando diversos movimentos sociais a partir da base sindical. As mudanças estruturais causadas pela aplicação da política econômica neoliberal trouxeram consequências importantes em termos de organização política das classes populares, através do enfraquecimento de seu principal pólo articulador.

Segundo Álvaro García Linera, o processo de desindustrialização iniciado com a implementação da npe fez com que “a condição operária de classe e a identidade de classe do proletariado boliviano tenham desaparecido junto com o fechamento das grandes concentrações operárias e, com ela, a morte de uma forma organizativa com capacidade de influenciar o estado em torno do qual se aglutinaram durante trinta e cinco anos outros setores carentes da cidade e do campo” (García Linera, 2001: 02). Para o atual vice-presidente da Bolívia, as políticas neoliberais difundiram uma modalidade diferente de proletarização social, sem que houvesse qualquer raiz organizativa.

Além do impacto político decisivo das contra-reformas liberais no que diz respeito ao enfraquecimento da Cob, suas consequências também se mostraram profundas na estrutura social e econômica da Bolívia. A liberalização de mercados e uma abertura comercial irrestrita trouxeram consequências desastrosas para o aparelho produtivo boliviano. O setor industrial que antes das políticas liberalizantes já era restrito, com o fim das medidas protecionistas, não agüentou a concorrência e, os empresários, diante desse quadro, passaram a reduzir os custos trabalhistas. A

economia camponesa, principal fonte produtora de alimentos para o mercado interno, também foi afetada pela abertura comercial levando a quebra de diversos setores e o conseqüente aumento dos preços dos alimentos (arze, 2004: 86-87). Diante desse quadro, a destruição da estrutura produtiva boliviana levou a um processo de “esvaziamento do campo”, houve um aumento significativo do êxodo rural e da concentração de grande contingente populacional na periferia dos centros urbanos. A população rural que representava 58,3% da população em 1976, foi reduzida à 37,6% em 2001 (idem: 87).

A npe foi aprofundada durante os governos que seguiram ao de paz estenssoro. No primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), a política de privatizações chegou ao setor de hidrocarbonetos, fazendo da petrobrás a maior investidora externa da bolívia e deixando a exploração desses tipos de produtos nas mãos de empresas estrangeiras. É interessante ressaltar que foi nas últimas décadas que o gás natural se tornou o motor da economia boliviana. Com uma produção voltada para o comércio exterior, o aumento na exploração dos hidrocarbonetos não significou a ampliação do consumo de energia per capita no país, nem tão pouco a redução dos preços desses produtos no mercado interno. As políticas de privatização seguiram a lógica da produção voltada para a exportação com base na desnacionalização de setores chaves da economia do país.

Ainda no primeiro governo Sánchez de Lozada, foram firmados acordos com os estados unidos para a erradicação do plantio da folha de coca, produto de consumo tradicional na bolívia, que em função da abertura comercial e do impacto da reforma estrutural sob a economia camponesa, tornou-se a principal fonte de renda dos pequenos produtores, especialmente no chapare e na região do altiplano boliviano. O chapare , após 1985, passou a receber grande fluxo migratório oriundos das regiões mineiras. As medidas adotadas nesse sentido da erradicação do plantio de coca oscilavam entre a utilização da repressão física, através da atuação das forças armadas e do uso de agentes químicos sobre as plantações do produto, e o oferecimento de financiamentos e de ajuda técnica para a substituição da folha da coca por outros produtos agrícolas. O grande problema é que as vantagens oferecidas pelo governo não eram suficientes para compensar a perda da rentabilidade da terra com a mudança de produto cultivado, além da folha de coca ser um produto de consumo milenar dos povos indígenas. A forte repressão aos camponeses produtores de coca contribuiu para unificá-los e transformá-los numa força de importância decisiva no cenário político boliviano, protagonizando uma série de lutas no período recente e levando à presidência da república uma de suas lideranças.

LUTAS E RESISTÊNCIAS ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

A implementação das políticas de ajuste estrutural na Bolívia não ocorreu sem que houvesse resistências. Entretanto, como assinalou García Linera, ao longo da década de 1990, elas ocorreram de forma fragmentada e dispersas, sem um pólo unificador. Em 2000, a tentativa por parte do governo de Hugo Banzer (1997-2001) de privatizar os serviços de fornecimento de água impulsionou a emergência de uma série de protestos, que levaram à crise do sistema partidário e da hegemonia neoliberal no país. Articulação de diferentes movimentos sociais foi feita a partir de uma “recomposição identitária”, com base no questionamento do projeto “modernizador” das classes dominantes – que tinha como porta-voz o então ex-futuro presidente Gonzalo Sánchez de Lozada – e na recuperação da “capacidade de autocompreensão e autogoverno que fazem parte da reserva simbólica do movimento popular boliviano”. (Stefanoni, 2003: 57). As intensas mobilizações (marchas, bloqueios de estradas, isolamento de Cochabamba e de La Paz) levaram o governo a cancelar os contratos com o consórcio Tunai, composto majoritariamente de capitais estrangeiros, que havia ganhado a licitação para a exploração do serviço.

Em 2003, houve novamente a emergência de uma série de protestos impulsionados pelo rechaço ao projeto do segundo governo Sánchez de Lozada (2002-2003) de exportar gás natural para os Estados Unidos através de portos chilenos. Aqui é interessante destacar que a transformação do gás natural no principal produto de exportação da Bolívia (os hidrocarbonetos são responsáveis por cerca de 82% das exportações do país) ocorreu ao longo dos anos da aplicação da NPE. A privatização do setor possibilitou a entrada massiva de investimentos estrangeiros (saltando de 17% em 1982 para 70% em 2000), transformando a Bolívia em uma das economias mais internacionalizadas da América Latina. O contraste do ganho das empresas estrangeiras com a exploração dos hidrocarbonetos e a situação de miséria da grande maioria da população boliviana foi um fator importante para a organização das lutas contra o governo. A luta de resistência contra as medidas de Sánchez de Lozada assumiu uma proporção tal que levou à renúncia do presidente.

As intensas mobilizações durante a chamada “Guerra do Gás” foram ferozmente reprimidas pelo governo central, com dezenas de mortos, o que, de alguma forma, contribuiu para intensificar ainda mais as lutas contra as políticas implementadas pelo governo. Sánchez de Lozada não conseguiu resistir à pressão popular e renunciou à presidência da República. Como resultado desses protestos e da articulação de diferentes movimentos sociais foi formulada a “agenda de outubro”,

cujas reivindicações principais eram pela estatização dos hidrocarbonetos e pela realização de uma assembléia constituinte (Gutiérrez & Mokrani, 2006: 01). A realização “agenda de outubro” tornou-se então a principal bandeira política dos movimentos populares que protagonizaram as lutas sociais desde 2000.

Com a renúncia de Sánchez De Lozada, sobe ao governo o vice-presidente Carlos Mesa, que compromete-se com o cumprimento das reivindicações das classes populares. Em 2004, o governo elaborou um referendo sobre a estatização dos hidrocarbonetos e apresentou uma lei com essa finalidade. A lei apresentada pelo presidente foi amplamente criticada, tanto pela esquerda, que a considerava insuficiente¹, como pela direita, que a considerava “inviável” e “perigosa” (Gutiérrez, 2008: 284). No início de 2005, houve a retomada do processo de luta. Em el alto, a fejuve (federação das juntas vicinais) comandou uma série de mobilizações pelo rompimento do contrato de fornecimento de água e serviços sanitários com a multinacional suez-lyonnesse des eaux e pela estatização imediata dos hidrocarbonetos. Diante da recusa do presidente mesa em assinar a lei dos hidrocarbonetos aprovada no congresso e de convocar a assembléia constituinte, “se repetiram as jornadas de outubro de 2003” (regalski, 2007: 75), só que desta vez sucre e santa cruz também sofreram cercos. A intensidade dos protestos de maio/junho de 2005 forçou não só o presidente carlos mesa a renunciar, como também os dois homens seguintes na linha sucessória, hormando vaca díez, então presidente do congresso e mario cossio, presidente da câmara dos deputados. Diante desse quadro, assumiu o comando do poder executivo o presidente da suprema corte de justiça da nação, Rodríguez Veltzé, com a missão de convocar imediatamente novas eleições (Gutiérrez, 2008: 288-294), realizadas em dezembro de 2005. O resultado do pleito, como se sabe, foi a vitória de evo morales com mais de 54% dos votos, primeiro presidente eleito de forma direta desde a redemocratização².

¹ Raquel Gutiérrez (2008) destaca que mesmo na “esquerda” havia divergências com relação à temática da estatização dos hidrocarbonetos. Segundo ela, os “altenhos” defendiam a “nacionalização imediata desses produtos; enquanto o MAS e os cocaleros defendia, “o aumento das cargas fiscais” (Gutiérrez, 2008: 287).

² Os presidentes que antecederam Morales foram eleitos de forma indireta, pelo Parlamento. Segundo a antiga Carta Constitucional, o presidente seria eleito de forma direta quando caso conseguisse mais de 50% dos votos, coisa que nenhum outro candidato antes de Morales havia conseguido.

O CAPITALISMO ANDINO-AMAZÔNICO

A formulação do projeto de capitalismo andino-amazônico, defendido e sistematizado por Álvaro García Linera, é acompanhada por uma análise das características da formação social boliviana e de sua evolução recente. Segundo ele, a crise política pela qual passa a Bolívia desde 2000 está vinculada aos impactos das políticas neoliberais nas classes populares, que, ao se mobilizarem, explicitaram os limites do “modelo de crescimento econômico” aplicado no país desde a década de 1980 (García Linera, 2008: 350).

Para o vice-presidente da República, a correlação de forças que controlou a definição das políticas de estado durante o período neoliberal se articulou a partir da “derrota política e cultural do sindicalismo operário” (organizados entorno da *cob*) e formava “un bloque social compuesto por fracciones empresariales vinculadas al mercado mundial, partidos políticos, inversionistas extranjeros y organismos internacionales de regulación” (García Linera, *idem*: 334-335). Este “Bloco Social” teria sido responsável pelas modificações na estrutura econômica e social da Bolívia. Para García Linera, a crise do modelo econômico neoliberal se manifesta desde 1999 (nos baixos índices de crescimento econômico; no aumento do trabalho informal e do trabalho precário e na incapacidade da política de privatizações de ampliar a arrecadação de impostos) e as manifestações populares teriam desencadeado a crise do estado e da coalizão de forças que lhe dava sustentação.

Segundo essa perspectiva, a implementação do socialismo hoje na Bolívia é algo impossível, “o triunfo do mas abre uma possibilidade de transformação radical da sociedade e do estado, mas não em uma perspectiva socialista”, isto porque o proletariado seria um grupo minoritário e sem expressão política. A alternativa, na sua visão seria a implementação de um “Capitalismo Andino-Amazonico”, ou seja,

“A la puesta en marcha de un nuevo modelo económico que he denominado, provisoriamente, ‘Capitalismo Andino-Amazonico’. Es decir, la construcción de un estado fuerte, que regule la expansión de la economía industrial, extraiga sus excedentes y los transfiera al ámbito comunitario para potenciar formas de autoorganización y de desarrollo mercantil propiamente andino y amazónico” (García Linera, 2006a).

García Linera sustenta que a simples incorporação de “novas elites de poder” (os representantes dos movimentos sociais) na estrutura estatal boliviana significou uma “revolução

política”, pois a tomada do “poder” pelos movimentos sociais, em sua visão, permitirá, ainda que não no sentido radical, mudanças econômicas. A mudança na composição das classes dirigentes levaria à ampliação de direitos e “toda ampliação de direitos significa a distribuição da riqueza” (García Linera, 2006b: 30-31). A participação de representantes dos movimentos populares na cúpula da burocracia de estado representaria o início do desmonte do “Estado Colonial”,

“El triunfo del mas abre una posibilidad de transformación radical de la sociedad y el estado, pero no en una perspectiva socialista (al menos en corto plazo), como plantea una parte de la izquierda. Actualmente hay dos razones que no permiten visualizar la posibilidad de un régimen socialista en nuestro país. Por un lado existe un proletariado minoritario demográficamente e inexistente políticamente; y no se construye socialismo sin proletariado. Segundo: el potencial comunitarista agrario y urbano está muy debilitado. En los últimos 60 años se ve un retroceso de la actividad comunitaria productiva y una erosión de los lazos comunitarios. Sigue habiendo comunidad, pero ésta ha implosionado internamente en estructuras familiares”. (García Linera, 2006a)

A solução vista como possível diante da atual conjuntura seria o desenvolvimento capitalista da economia familiar, tanto urbana como rural. Essa seria uma maneira de fortalecer o setor que emprega cerca de 80% da população ocupada na Bolívia (García Linera, 2008: 352), que foi fortemente impactado pelas políticas neoliberais e que representa a base material dos protagonistas das lutas sociais desde 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de capitalismo andino-amazônico defendida por García Linera pretende contemplar os interesses das forças sociais mobilizadas desde 2000 e que são a base de apoio do governo Morales, mesmo que seja, em alguns casos, um apoio crítico. Apesar do discurso nacionalista com forte caráter étnico, da defesa de um “estado forte”, produtor, existem estudos que apontam que, com as políticas implementadas por esse governo, dificilmente o estado alterará significativamente sua forma de atuação na economia. Nesse aspecto, a reflexão sobre a crise do neoliberalismo na Bolívia não pode se limitar ao discurso proferido pelos grupos dirigentes.

Deve-se estudar o caráter das políticas postas em prática por Morales de modo a verificar em que medida tal governo representa uma modificação na correlação de forças no estado boliviano. Tal reflexão, encontra-se, entretanto, em processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arze, Carlos Vargas (2004). Las rebeliones populares de 2003 y La Demanda de Nacionalización de los Hidrocarburos: fin de la era neoliberal en Bolivia?, in: *Cuadernos del Cendes*, maio-agosto, disponível em: <HTTP://WWW.CENDES-UCV.EDU.VE/PDFS/56CUADERNOS%2083-104.PDF>
- Chávez, Gonzalo (1991). Macroeconomía de la Privatización en Bolivia. In: *documento de trabajo número 07/91*. Instituto de Investigación Socio-económica. Disponível em: <http://www.iisec.ucb.edu.bo/papers/1991-2000/iisec-dt-1991-07.pdf>, consultado em 08/08/2008
- García Linera, Álvaro (2006a). El “Capitalismo Andino-amazônico”. In: *le monde diplomatique*, edição chilena. Janeiro. Disponível em: <http://www.lemondediplomatique.cl/el-capitalismo-andino-amazonico.html>, consultado em 20/09/2007.
- (2006b). El evismo: lo nacional popular en acción. In: *observatório social de américa latina*. Ano vii, nº 19, janeiro-abril.
- (2008). *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en bolivia*. Buenos aires: prometeo libros.
- Gutiérrez, Raquel & Mokrani, Dunia (2006). Uma reflexão sobre el proceso constituyente em bolivia. In: www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=646. Consultado em 18/03/2009.
- Rocha, Maurício Santoro (2007). Estado, movimientos sociais e recursos naturais na bolívia (1952 – 2006). In: *bolívia: de 1952 ao século xxi*. Brasília: fundação alexandre de gusmão (funag), ministério das relações exteriores, brasil.
- Stefanoni, Pablo (2003). Mas-ipsp: La emergencia del Nacionalismo plebeyo. In: *Revista Osal*, no: 11, setembro- dezembro. Disponível em; <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal12/d1stefanoni.pdf>